

RESUMO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS - RECURSOS FLORESTAIS E
ENGENHARIA FLORESTAL

**AVALIAÇÃO DO DESMATAMENTO EM PROJETOS REDD+ APROVADOS
NO BRASIL**

Thainá Almeida Chagas (talmeidac@ufrj.br)

Bruna Valença Godinho (brunavalencagodinho@gmail.com)

Vanessa Maria Basso (vanessabasso@ufrj.br)

As mudanças climáticas têm impactado os sistemas naturais e humanos, causando alterações como a modificação dos padrões ambientais e aumento da temperatura global. No Brasil, diferente de outros países no mundo, o maior percentual de emissões de GEE, cerca de 46% em 2023, segundo dados SEEG, é referente a mudança do uso da terra, ou seja do desmatamento. A supressão da vegetação libera grandes quantidades de carbono na atmosfera, intensificando o aumento de gases de efeito estufa (GEE). Diante desse cenário, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 16) de 2007 estabeleceu o mecanismo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Esse mecanismo utiliza o comércio de créditos de carbono, onde cada crédito representa uma tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida. O objetivo deste trabalho foi identificar e avaliar projetos de REDD+ implementados no Brasil, com ênfase na Amazônia Legal, a fim de analisar sua eficiência na redução do desmatamento. O estudo buscou entender possíveis efeitos de vazamento – quando há deslocamento de supressão vegetal para áreas mais distantes das áreas do projeto – e na adicionalidade do projeto – quando a redução nas emissões de GEE só

ocorrerem devido a existência do projeto no local. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, focando em projetos de REDD+ no mercado voluntário da Amazônia Legal. Foram coletados e comparados dados de 25 projetos com dados de desmatamento de 2023, extraídos dos registros públicos da plataforma Verra - Verified Carbon Standard (VCS) e do Projeto de Monitoramento de Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). Majoritariamente os projetos são certificados pelas metodologias VM007 (REDD+ Methodology Framework) e VM0015 (Avoided Unplanned Deforestation), e os dados foram processados no software QGIS . Foram aplicadas análises de buffer de 5 km, 10 km e 20 km ao redor dos projetos para avaliar adicionalidade e vazamento, considerando o cruzamento das taxas de desmatamento nos anos de origem e em 2023. Os resultados mostraram que, em média, os projetos apresentam uma área de 1.230,729 km² e 476,926 km² de desmatamento para o ano analisado dentro de um raio de 20 km, o que é quase o dobro do total desmatado no ano de origem de cada projeto. A avaliação demonstrou que houve uma redução no desmatamento em 64% dos projetos em sua área de influência mais próxima (5 km), mas essa eficácia diminuiu nas zonas de 20 km, com apenas 20% dos projetos mostrando redução. Isso sugere que a pressão pelo desmatamento não foi solucionada, mas sim deslocada para outras áreas, um fenômeno conhecido como vazamento. Um exemplo claro é o projeto VCS1112, que teve uma redução de 98% no raio de 5 km, mas um aumento de quase 10% no raio de 20 km. Alguns projetos também levantam dúvidas sobre a adicionalidade, pois já tinham taxas de desmatamento baixas no início, o que pode indicar pouco ou nenhum impacto real do projeto. Concluiu-se que, apesar dos projetos REDD+ demonstrarem eficácia na redução do desmatamento em suas zonas de influência mais próximas, a pressão é frequentemente deslocada para outras regiões. A necessidade de uma estratégia mais abrangente e de um sistema de monitoramento e verificação nacional é crucial para evitar esses vazamentos. Além disso, critérios mais rigorosos de adicionalidade são necessários para garantir que os projetos gerem um impacto real na mitigação do desmatamento.

Palavras-chave: amazônia legal; redd+; vazamento; adicionalidade.